

## **ESTUDO COMPARATIVO DOS DOCUMENTOS PARA ALFABETIZAÇÃO: UMA RELEITURA**

***Barbara Cynthia Meier Rodrigues, Caroline Magalhães, Gislane Célis Gomes Cavalheiro, Luciana Aparecida Ribeiro, Ludimila Vitória Nunes da Silva, Paloma Lourdes da Silva Braz, Vivian de Faria Januário Alves, Vera Lúcia Catoto Dias, Maria Angélica Gomes Maia***

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, [barbaremeier22@hotmail.com](mailto:barbaremeier22@hotmail.com), [caroline.magalhaes99@gmail.com](mailto:caroline.magalhaes99@gmail.com), [gislainecelis@gmail.com](mailto:gislainecelis@gmail.com), [luribeiro\\_sp@yahoo.com.br](mailto:luribeiro_sp@yahoo.com.br), [ludimilavitoria9@gmail.com](mailto:ludimilavitoria9@gmail.com), [paloma-lds@outlook.com](mailto:paloma-lds@outlook.com), [vivian.fjalves@gmail.com](mailto:vivian.fjalves@gmail.com), [vcatoto@univap.br](mailto:vcatoto@univap.br), [mamaia@univap.br](mailto:mamaia@univap.br).

**Resumo** – Este artigo tem como tema tecer reflexões sobre o percurso da alfabetização no Brasil, no período compreendido entre os anos oitenta a dois mil, por meio de documentos oficiais que foram um grande divisor de águas e representam em suas concepções as mudanças no cenário da educação brasileira em relação à natureza da alfabetização envolvendo especificamente a didática da aquisição da língua materna, a formação de professores, além de materiais e metodologia. Para um melhor entendimento deste período foram usadas as três propostas expressas: Projeto Ypê (1984), Ciclo Básico (1984) e os Parâmetros Curriculares Nacionais/PCNs (1997) uma vez que estas foram elaboradas por curriculistas, professores das redes públicas de ensino da época e demais membros da academia. Neste artigo será feita uma análise sobre o quanto estas propostas contribuíram para busca de novas metodologias para a alfabetização no cenário contemporâneo e como o domínio da competência leitora e escritora são elementos de inclusão ou exclusão social.

**Palavras-chave:** Metodologia; Formação de Professor; Multimeios; Educação.

**Área do Conhecimento:** Ciências Humanas/Educação.

### **INTRODUÇÃO**

O contexto da educação brasileira assistiu nos anos oitenta inaugurarem um período de grandes reflexões e mudanças acerca do processo de alfabetização, advindo do reflexo de pesquisas e inquietações no cenário mundial sobre como estava ocorrendo o processo de aprendizagem da aquisição da língua materna, tendo como ponto central os clássicos passos do ensino da leitura e escrita, até então realizado de forma mecânica e dominado pelas concepções tradicionais.

Autores de várias áreas correlatas à educação a partir da obra de Jean Piaget (1896/1980) e Emilia Ferreiro (1984), revisaram as concepções dos processos de aquisição da lectoescrita e o universo que envolve esta aprendizagem, os quais irão contribuir para a mudança deste paradigma.

Para garantir então tais condições exigidas, para que os professores tenham estrutura e preparação, em 1988 tirando do plano de intenções e tornando a proposta de alfabetização realidade, instalou-se a Jornada Única de Trabalho Docente e Discente no Ciclo Básico.

Destacam-se o aumento do período de permanência diária da criança na escola, a atribuição de uma única classe ao professor, numa jornada de 40 horas, o que possibilita a destinação de horas de trabalho para o aperfeiçoamento profissional do professor. (SÃO PAULO, 1988, p.3).

Outras conquistas ocorreram com a instalação da Jornada Única como o espaço para as aulas de Educação Física no Ciclo Básico, dando aos professores licenciados um papel importante na educação. Incluiu também a Educação Artística no currículo, considerando-a como parte da alfabetização, no sentido mais amplo, ajudando na leitura de mundo dos alunos, através das aulas ministradas pelos professores especialistas, além de propostas de literatura infantil, jogos e brinquedos educativos.

Do ponto de vista político, o projeto visava diminuir a seletividade escolar, cumprindo o compromisso do governo de São Paulo com a democratização do ensino e da perspectiva pedagógica, que trazia significativas transformações para a prática da alfabetização nas séries iniciais. (SOUZA, 2004, p.205).

O Ciclo Básico, portanto, foi um grande marco, politicamente e principalmente na relação pedagógica, em que os métodos tradicionalistas, como cartilhas, foram sendo substituídas pelo construtivismo, que quebrou ideias e mitos sobre as deficiências de linguagem em alunos provenientes de lares culturais e economicamente marginalizados, afirmando que todos são capazes de aprender se lhes forem dados os suportes necessários de acordo com cada realidade, e dado o devido tempo.

Outro documento relevante norteador da gestão educacional brasileira foi o Projeto Ipê, que surgiu em função de uma necessidade descoberta no Ciclo Básico, que desde a sua implantação exigiu da Secretaria de Educação de São Paulo a capacitação docente. Essa necessidade trouxe a importância da discussão de um novo referencial teórico que sustentaria então esta nova alternativa de alfabetização. Logo, foi apresentado um primeiro conjunto de materiais impressos produzidos sobre o Ciclo Básico, que por sua vez foi denominado Projeto Ipê.

O projeto Ipê foi criado com a finalidade de propiciar ampla discussão sobre o ciclo básico com os professores e especialistas da educação. O projeto envolveu um sistema de multimeios: TV e material impresso. (SOUZA, 2004, p.208).

De forma geral, o Projeto Ipê apresentava um material que continha as concepções principais em relação à alfabetização; a discussão de problemas e mitos sobre as razões do fracasso escolar, e também os projetos futuros e novas perspectivas para o âmbito alfabetizador. No projeto foram produzidos textos de fundamentação para discussão do contexto educacional brasileiro envolvendo tópicos como a seletividade e a função social da escola pública e principalmente a democratização educacional e social.

O professor competente deveria saber então a função da escola e as suas dimensões política, social e histórica; refletir constantemente a sua prática e o seu verdadeiro papel; conhecer a realidade e as necessidades de seus alunos; ter domínio e sempre se atualizar sobre os seus conhecimentos; ter atitude crítica e ser capaz de atuar individual e coletivamente.

Mais um ponto exposto no projeto é a reorganização da habilitação ao magistério, referente à formação de professores que naquele período ocorria por meio da Habilitação Específica de segundo grau para o Magistério ou HEM, em que foram estabelecidas diretrizes para orientar no processo de superação dos problemas que afetavam a formação docente atuante nos anos iniciais da escola. Nesse quesito, é citada a necessidade do concluinte da HEM de dominar os conceitos principais das diferentes disciplinas, sua estrutura, método investigativo e fontes de renovação, além de também vivenciar a prática por meio do estágio supervisionado. É dito no projeto que a HEM não é responsável nem como fonte nem como solução dos problemas em relação à qualidade de ensino, em que esta última, por sua vez, depende da mediação direta da política educacional, sendo ela o caminho para a concretização da educação democratizante.

A segunda etapa do documento explora a formação docente e a questão da educação das crianças das camadas populares envolvendo a discussão da política de ampliação da escola, que é a democratização de ensino. Foram analisados diversos fatores da formação docente e as suas consequências perante a educação, falou-se também sobre a 'nova clientela da escola' referente ao acesso da camada popular à escola e como isso afetou a realidade escolar presente, a sua ideologia e o preparo dos professores.

O fracasso escolar foi apresentado no texto por meio da ausência da dimensão sócio-política da educação escolar, que expressava uma visível contradição por conta da meta envolver a democratização escolar que demanda essa dimensão como pilar para essa nova direção educacional. E o texto é finalizado dissertando sobre a necessidade de desmistificação da prática docente que deve assumir o enfrentamento da questão política da sociedade para colaborar na resolução dos problemas para a educação das camadas populares.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, mais conhecidos como PCNs, foram publicados em 1997. Eles são uma coleção de documentos que compõem a grade curricular de uma instituição de ensino e são utilizados para nortear as atividades a serem realizadas em sala de aula e a elaboração dos currículos escolares em todo o país. São propostas nas quais as Secretarias e as Instituições de Ensino podem se basear para a elaboração de seus planos de ensino.

Os PCNs estão articulados com os propósitos do PNE – Plano Nacional de Educação do MEC com princípios para orientar a educação escolar respeitando as diversidades regionais e

culturais, deixando de lado os antigos conteúdos programáticos e oferecendo aos educandos condições de assimilação do desenvolvimento das novas linguagens tecnológicas e científicas, tendo como máxima “Aprender a Aprender”.

Os PCNs estão divididos em 10 volumes para os níveis do Ensino Fundamental I e II. Fundamental I – 1º ao 5º ano: 1 Introdução aos PCNs; 2 Língua Portuguesa; 3 Matemática; 4 Ciências Naturais; 5 História e Geografia; 6 Arte; 7 Educação Física; 8 Temas Transversais – Apresentação destes temas e Ética; 9 Meio Ambiente e Saúde; 10 Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Fundamental II – 6º ao 9º ano: 1 Introdução aos PCNs; 2 Língua Portuguesa; 3 Matemática; 4 Ciências Naturais; 5 Geografia; 6 História; 7 Arte; 8 Educação Física; 9 Língua Estrangeira; 10 Temas Transversais – 10.1 Apresentação destes temas, 10.2 Pluralidade Cultural, 10.3 Meio Ambiente, 10.4 Saúde e 10.5 Orientação Sexual.

A orientação sobre os Temas Transversais é uma das maiores inovações dos PCNs e não pertencem a nenhuma disciplina específica. Estes temas são abordados com o intuito de oferecer aos estudantes uma reflexão sobre os mesmos, os quais estão presentes no cotidiano escolar e nos contextos sociais nos quais estes estudantes estão inseridos.

É preciso ter claro também que as propostas didáticas difundidas a partir de 1985, ao enfatizar o papel da ação e reflexão do aluno no processo de alfabetização, não sugerem (como parece ter sido entendido por alguns) uma abordagem espontaneísta da alfabetização escolar; ao contrário, o conhecimento dos caminhos percorridos pelo aluno favorece a intervenção pedagógica e não a omissão, pois permite ao professor ajustar a informação oferecida às condições de interpretação em cada momento do processo. Permite também, considerar os erros cometidos pelo aluno como pistas para guiar sua prática, para torná-la menos genérica e mais eficaz. (...) A alfabetização, considerada em seu sentido restrito de aquisição da escrita alfabética, ocorre dentro de um processo mais amplo de aprendizagem da Língua Portuguesa. Esse enfoque coloca necessariamente um novo papel para o professor das séries iniciais: o de professor de Língua Portuguesa. (BRASIL, 1997, p.23).

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa em educação do tipo estudo de caso (ANDRÉ, 2005), bibliográfica documental e pesquisa de campo por meio da análise comparativa de três (03) propostas: Projeto Ipê (1984), Ciclo Básico (1984) e Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) identificando os pontos relevantes e em comum na concepção de alfabetização expressa nestes documentos.

## RESULTADOS

A categorização de dados para a tabulação dos resultados foi feita por meio da análise dos documentos norteadores 1, 2, 3. Neles foram identificados os pontos relevantes:

**Figura 1- Projeto Ipê**

<b>Identificação dos pontos relevantes:</b>	<b>IPÊ</b>	<b>CICLO BÁSICO</b>	<b>PCN</b>
Proposta Curso Formação	sim	sim	sim
Multimeios – TV	sim	sim	sim
Materiais Didáticos de Apoio	sim	sim	sim

Fonte: Acervos Pedagogia/FEA (2018)

**Figura 2- Ciclo Básico**

<b>Identificação dos pontos relevantes:</b>	<b>IPÊ</b>	<b>CICLO BÁSICO</b>	<b>PCN</b>
Proposta Curso Formação	sim	sim	sim
Multimeios – TV	sim	sim	sim
Materiais Didáticos de Apoio	sim	sim	sim

Fonte: Acervos Pedagogia/FEA (2018)

**Figura 3- Parâmetros Curriculares Nacionais**

<b>Identificação dos pontos relevantes</b>	<b>IPÊ</b>	<b>CICLO BÁSICO</b>	<b>PCN</b>
Formação de professor	sim	sim	sim



Multimeios – TV, DVD, vídeo documentários, Formação em lócu	sim	sim	sim
Materiais didáticos de apoio	sim	sim	sim

Fonte: Acervos Pedagogia/FEA (2018)

Na comparação obtida a partir dos dados expressos nas figuras 1, 2 e 3 constatou-se que a ênfase dada nas três propostas analisadas, contribuiu para o avanço na contemporaneidade de novas pesquisas, materiais e métodos de um novo momento histórico da alfabetização no Brasil.

## DISCUSSÃO

O primeiro documento aqui estudado foi o Ciclo Básico (1984). Sabe-se que anteriormente ao ano de 1980, apesar dos inúmeros projetos relacionados à área da educação, não havia ainda uma proposta governamental organizada para a rede pública de ensino. Portanto a educação passou por um longo período de excessiva mecanização, onde utilizava-se a técnica de codificar/decodificar na alfabetização, ou seja, métodos tradicionais.

Para mudar as circunstâncias, a partir de 1984 a Secretaria da Educação de São Paulo implantou o Ciclo Básico, que visa à reconstrução da escola pública de 1º grau, principalmente nos anos iniciais, 1º e 2º anos.

(...) Este documento inclui, em linhas gerais, os princípios que vêm norteando a construção de uma proposta alternativa de alfabetização mais coerente com o compromisso de se oferecer um ensino acessível ao conjunto de alunos. Procura incorporar as importantes contribuições dos estudos e pesquisas sobre a língua escrita, tanto no campo da linguística (especialmente da psicolinguística e da sociolinguística) como no da psicologia e da pedagogia. Muitos são os professores que já vêm buscando uma renovação de sua prática estimulados pelos resultados das pesquisas de FERREIRO e TEBEROSKY sobre a psicogênese da escrita, isto é, sobre o desenvolvimento da representação da escrita em crianças, pesquisas essas que levam em conta pressupostos básicos do construtivismo de Piaget e seu método clínico de investigação de como as crianças pensam. Entretanto, a utilização dessas descobertas em uma situação escolar demanda transformações, exige professores preparados – há que se respeitar o tempo de assimilação dos professores. (SÃO PAULO, 1988, p.11).

O Projeto Ipê impactou na realidade educacional por meio da modalidade do uso dos Multimeios, que trouxe maior acessibilidade aos envolvidos de forma a colaborar para que o objetivo fosse disseminado por todo o país. Outro ponto de relevância do projeto envolveu o fato do professor ser colocado na posição de pesquisador, de forma a fazer uso de fontes que conhecem a prática e que podem assim trazer a verdadeira realidade educacional para posterior análise, sendo assim é perceptível a valorização da posição docente no contexto educacional e a partir disso foi possível explorar as questões primordiais para que a mudança pudesse ocorrer de forma efetiva.

Projeto Ipê um curso sobre alfabetização baseado nos mais recentes estudos e discussões de pesquisadores de diversas partes do mundo preocupados com a questão do fracasso escolar nos anos iniciais de escolarização, bem como em experiências vivenciadas na rede de ensino. (São Paulo, 1995, p.7-9, apud MORTATTI, 2000, p.251).

Inicialmente o projeto expõe uma reflexão sobre a função da escola como o caminho para transformar a educação formal em um meio capaz de impulsionar a democratização social, sendo que para isso é necessário fazer a reorganização escolar e a reformulação de seus conteúdos e metodologias. É dito no projeto que na prática a escola não vinha cumprindo este papel por transmitir informações desconectadas da realidade e da prática social, afetando principalmente aqueles pertencentes às camadas mais populares.



Outro ponto explorado é sobre o docente e o seu significado no contexto educacional, em que é notável sua relevância como mediador no processo de ensino-aprendizagem dos alunos das camadas populares. A problematização dos conhecimentos a serem lecionados é fundamental no processo reflexivo por ser capaz de alterar a prática social, mas na realidade, a imagem construída do professor era de alguém autoritário, indiferente ou até omissivo, que avaliava por meio da devolução de conteúdos memorizados, mas que também apresentava uma formação docente carente da exploração das potencialidades necessárias para a construção de um novo professor mais acessível, comunicador, didático e democrático.

Os objetivos gerais dos PCNs no ensino fundamental indicam a capacidade dos alunos de compreender a cidadania como participação social e política; de posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtivista na sociedade; de reconhecer sua Identidade Nacional, adquirindo conhecimentos das características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais; de conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro; de ser um integrante transformador do ambiente; de desenvolver o sentimento de confiança em si mesmo nas suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética e estética; de conhecer e cuidar de seu próprio corpo valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida; de ser um cidadão que saiba e use várias linguagens para se expressar no meio em que está inserido e entender o seu próximo; de ser um agente pensante e tecnológico para adquirir e passar conhecimentos na sociedade e de ser um cidadão criativo onde possa usar seus pensamentos lógicos e análise crítica para formatar e resolver problemas do cotidiano.

Logo, os Parâmetros Curriculares Nacionais serviram de referencial para a qualidade da educação no ensino fundamental em todo país, propondo um referencial comum para a formação escolar, capaz de indicar aquilo que deve ser garantido a todos, numa realidade com características tão distintas, sem descaracterizar e desvalorizar as peculiaridades culturais e regionais dos sistemas de ensino que compõe a federação.

## CONCLUSÃO

A análise dos três documentos permitiu a percepção de que estes aconteceram em meio a um ambiente favorável às mudanças e transformações, concebendo a alfabetização por outro ângulo, que coloca o aluno como o ponto central no processo de ensino aprendizagem, deixando de focar nos métodos de ensino e passando a explorar como acontece o processo de aprendizado.

A psicogênese da língua escrita foi a responsável para a quebra do paradigma de uma realidade mecanicista, tradicional e pouco eficiente para valorização da capacidade intelectual discente e tornando o processo alfabetizador mais interessante e significativo, além de consequentemente todo este movimento ter direcionado para a execução de uma educação mais democrática e articulada.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. **Tendências atuais de pesquisa na escola**. São Paulo/SP: Caderno CEDES, 43º 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** Brasília: MEC/SEF, 1997. v.1 – Introdução.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, PCN. Brasília: MEC/SEF, 1997. v.2 – Língua Portuguesa.
- FERREIRO, E. & TEBEROSKY, A **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre/RS: Artmed, 1999.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização: (São Paulo / 1876-1994)**. Editora UNESP: CONPED, 2000.
- SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Ciclo Básico em jornada única; uma nova concepção de trabalho pedagógico**. São Paulo, FDE, 1988. v.1
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Política Curricular no Estado de São Paulo nos anos 1980 e 1990**. 2004. 19f. Monografia de Pós-Graduação- Universidade Estadual Paulista, Brasil, 2004.